

INTERNET E POLÍTICA PARA MULHERES: análise dos websites das parlamentares da Bancada Feminina do Congresso Nacional

INTERNET AND POLITICS TO WOMEN: analysis of the websites of the Parliamentary Women's Committee of the Brazilian National Congress

Antonio Teixeira de Barros ¹

Artigo recebido em 22 out. 2014 e aceito em 25 maio 2015.

Resumo

Estuda o uso da internet pelas deputadas federais e as senadoras brasileiras, com o objetivo de examinar como os websites das parlamentares da Bancada Feminina do Congresso Nacional são utilizados para conferir visibilidade à agenda da representação feminina na política nacional. O estudo avalia diferentes aspectos dos sites: periodicidade, atualização, uso de recursos multimídia e de interação com o público, além de avaliar o foco da atuação parlamentar no que se refere às políticas públicas voltadas para as mulheres. As conclusões mostram que o foco dos websites é a promoção da visibilidade do trabalho das parlamentares. Entre os temas predominantes na agenda da Bancada Feminina estão: direitos da mulher, saúde, combate à violência doméstica, qualificação profissional e equidade de gênero no trabalho.

¹ Doutor em Sociologia. Docente e pesquisador do Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR), Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR), Brasil, antonibarros@gmail.com.

Palavras-chave: Bancada Feminina e internet; Representação feminina; Mulheres, internet e política; Uso parlamentar da internet; Websites parlamentares.

Abstract

This paper studies the use of Internet by Brazilian federal deputies and senators, with the objective of examining how the websites of the Parliamentary Women's are used to give visibility to women's representation in national political agenda. The study evaluates different aspects of sites: frequency, update, use of multimedia and interaction with the audience and evaluate the focus of parliamentary action in regard to public policies for women. The findings show that the focus of the website is to promote the visibility of the work of parliamentarians. Among the predominant themes in the Women's Committee are: women's rights, health, combating domestic violence, professional qualification and gender equity in the workplace.

Keywords: Women's Committee and internet; Female representation; Women, internet and politics; Politics and the Internet; Parliamentary Internet use; Parliamentary websites.

1 INTRODUÇÃO

A literatura especializada mostra como a relação entre a política e a internet tornou-se inevitável, com o uso quase generalizado de websites pelos parlamentares (WORLD E-PARLIAMENTARY REPORT, 2012). O uso das ferramentas digitais multiplica-se e passa a requerer maior dinamismo da parte dos atores políticos, especialmente aqueles que atuam diretamente nas redes de interlocução política, como é o caso de representantes eleitos. Isso justifica o exame mais detalhado sobre as lógicas de usabilidade desses recursos pelos próprios parlamentares, atores por excelência da representação política.

Em geral os estudos tratam o uso da internet por parlamentares sem considerar eventuais especificidades sob a perspectiva da representação feminina. Por essa razão, escolhemos

como foco deste estudo o exame dos websites das parlamentares que integram a chamada Bancada Feminina do Congresso Nacional, ou seja, as 45 deputadas federais e as dez senadoras em exercício na época do levantamento.² O objetivo é examinar como os websites do corpo feminino de parlamentares são utilizados para conferir visibilidade à agenda da representação feminina na política nacional. O estudo avalia diferentes aspectos dos sites: periodicidade e regularidade da atualização, uso de recursos multimídia e de interação com o público e para o debate de ideias e propostas legislativas, além de avaliar o foco da atuação parlamentar no que se refere às políticas públicas voltadas para as mulheres.

Partimos do pressuposto de que a visibilidade é inerente à política (THOMPSON, 1995). Por essa razão, o campo político sempre apresentou interfaces com o campo midiático. No caso da internet, o principal diferencial está na dispensa do uso de intermediários e de filtros de veículos tradicionais como o rádio, o jornal e a TV. Na esfera política parlamentar, marcada pelo debate, formulação e aprovação de políticas públicas, os efeitos da internet são crescentes, como registra a literatura especializada em nível internacional e no contexto brasileiro.³ Nesse contexto, pesquisadores de vários países percebem o incremento nas estratégias de comunicação e interação com a sociedade por parte dos representantes eleitos. Tais estratégias se justificam, em linhas gerais, pela concorrência política e busca de maior visibilidade, além de estabelecer comunicação direta com segmentos partidários e militantes, maximizar a busca por votos e divulgar informações de interesse dos titulares dos websites (ALBUQUERQUE E MARTINS, 2010; BLANCHARD, 2006; RÖMMELE, 2003). Para Leston-Bandeira (2012), o desenvolvimento da comunicação política por meio das novas mídias digitais é uma tentativa de reação ao descrédito e à apatia política das atuais sociedades, preocupantes não só pela sua importância para as eleições, do ponto de vista parlamentar, mas ainda mais para a democracia.

² Trata-se da 54ª. Legislatura, de 2010 a 2014.

³ Para um panorama desses estudos em âmbito internacional, ver, entre outros: Norris, 2003; Römmele, 2003; Trechsel et al., 2004; Blanchard, 2006; Vaccari, 2008. Entre os estudos brasileiros, consultar: Braga, 2005; Marques, 2005; França, Martins e Braga, 2006; Braga, França e Nicolás, 2009; Albuquerque e Martins, 2010; Sampaio, 2011.

2 METODOLOGIA DO ESTUDO

O foco deste artigo são as páginas pessoais mantidas pelas parlamentares. Acreditamos que elas sejam o ponto de partida para a definição das estratégias de informação digital desenhadas pelas representantes femininas, mesmo que elas utilizem outras ferramentas para isso. Os sites foram visitados no período de abril a junho de 2014 e contabilizaram um total de 55 representantes em exercício, sendo 45 deputadas e dez senadoras.

Os websites foram analisados tendo em vista diferentes aspectos, relacionados a seguir, com base no modelo metodológico de Sampaio (2011):

1 - Atualização semanal - nesse item, verificou-se se as postagens das páginas tinham uma atualização constante ou apenas esparsa. Como unidade temporal adotamos a semana porque muitas atividades realizadas pelos parlamentares se estendem por um período maior que o diário e as rotinas de visitas a municípios, por exemplo, são organizadas semanalmente.

2 – Foco e abrangência das propostas – avalia se a ênfase das parlamentares é às políticas públicas de abrangência nacional e/ou estadual e regional.

3 – Grau de ênfase às políticas específicas para as mulheres – examina o nível de engajamento das parlamentares em políticas públicas voltadas especificamente para os segmentos da população feminina.

4 - Recursos multimídia - avaliou-se se o site mantém vídeos, áudios, fotografias e outros recursos além do texto para informação do público.

5 - Recursos para contato e interação - nesse ponto, analisou-se a disponibilidade no site de ferramentas para contato direto do cidadão com o parlamentar, além de dispositivos para interação e participação.

6 - Recursos para debate de ideias e propostas legislativas - item que abordou ferramentas mais sofisticadas, tais como bate-papos e fóruns para que sugestões sejam debatidas, apresentadas e modificadas durante o processo de discussão de propostas legislativas e outros temas.

3 A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO CONGRESSO NACIONAL

O debate sobre a representação feminina no Congresso foi impulsionado pelos estudos que apontam o pensamento feminista como ingrediente político de renovação das teorias políticas e da própria noção de democracia (MIGUEL; BIROLI, 2012). A conquista ao direito de voto, na década de 1930, apesar de ser considerado um marco na história política brasileira, passou a ser considerado insuficiente do ponto de vista da representação política. Em outras palavras, a agenda das mulheres passou do desejo de votar para o anseio de representar e de contar com representantes femininas no parlamento e nas demais instituições políticas. Configura-se, assim, a relação entre representação política, identidade e minorias (YOUNG, 2006).

Tal agenda remete ao conceito de *representação descritiva*, segundo a qual as instituições de representação política deveriam ser compostas de modo a refletir a composição da própria sociedade (PITKIN, 1985; 2006)⁴. Assim, se o eleitorado brasileiro é composto de 52% de mulheres, então deveria haver 52% de representantes femininas, quando o percentual existente é inferior a 10%. Paralelo a essa visão, surgem questionamentos sobre a exclusividade da representação por gênero. Isso implica indagar se apenas mulheres podem representar de forma eficaz os interesses do eleitorado feminino ou se parlamentares masculinos também poderiam exercer essa função. Tal questionamento aponta não só para necessidade da presença da mulher nos espaços de poder, mas também pela natureza da representação (PINTO e MORITZ, 2009). A ideia central é a de que não basta a eleição de representantes femininas, mas principalmente à existência de condições institucionais para que as mulheres possam exercer plenamente seu papel de sujeito político, ou seja, que as representantes eleitas possam efetivamente exercer seu mandato em sintonia com as causas por elas defendidas, em nome dos grupos sociais representados.

A literatura registra elevado grau de desconfiança dos movimentos de mulheres e das entidades feministas no que refere às tentativas de incorporação da agenda política voltada para as mulheres pelas estruturas do Estado. Tal desconfiança se justifica porque essas iniciativas são consideradas “arenas de replicação de modelos patriarcais de dominação”

4 Além da representação descritiva autora apresenta mais três tipos de representação: 1) formalista (autorizativa); 2) simbólica (baseada no significado que o representante tem para aqueles que estão sendo representados); 3) substantiva (refere-se à atividade dos representantes, ou seja, as ações tomadas no interesse dos representados).

(ARAÚJO, 2012, p.248). Como assinala Bourdieu (1997), a dominação masculina é uma das bases culturais que sustentam e reproduzem os modelos políticos, sociais e culturais vigentes. Para o autor, o processo de socialização política abrange a transmissão de valores, conceitos, ideologias, concepções e comportamentos ocorrendo, sobretudo, através de instituições como família, escola, religião, universidade, etc. Em linha similar de pensamento, Tabak (1983, p.5) chama atenção para alguns dos elementos da socialização diferenciada das mulheres, destacando-se a definição sexual dos papéis sociais; o sistema educacional e as chamadas carreiras tradicionais "femininas", ligadas, em geral, "ao cuidado, bem-estar, educação e saúde; aos preconceitos, mitos e tabus difundidos pelos meios de comunicação de massa (sobretudo no que tange à reprodução da representação dos papéis sociais)".

A socialização diferenciada das mulheres aponta para a existência de fatores multicausais que explicam a baixa participação política das mulheres e a sub-representação. Entre eles destacam-se os fatores culturais, que moldam os papéis sociais de gênero e podem levar ao baixo acúmulo de capital político pelas mulheres. Além disso, temos os fatores institucionais e estruturais, a exemplo do baixo apoio dos partidos políticos a candidaturas de mulheres. A conjunção desses elementos resulta na continuidade da sub-representação política das mulheres (AVELAR, 2001; MIGUEL e BIROLI, 2009; SIMÕES, 2006; SILVA, 2013). Esse fenômeno é diagnosticado em termos nacionais, estaduais e municipais (PINTO e MORITZ, 2009). O desafio de corrigir os déficits democráticos decorrentes da sub-representação seria ainda uma forma de promover uma democracia mais justa, mediante o reconhecimento e a representação efetiva dos segmentos sociais minoritários, cujas vozes não encontram ressonância nas arenas parlamentares (YOUNG, 2006).

Nessa linha argumentativa, os diagnósticos que mostram a continuidade da sub-representação feminina alinham à tese de Bourdieu (1997), pois estão associados aos fatores socioculturais que levam os homens a uma atuação predominante no espaço público e suas respectivas arenas de poder e de decisão. As mulheres, por sua vez, em função das estruturas de dominação masculina, permanecem como agentes sociais destinadas prioritariamente ao espaço privado e ao cotidiano doméstico. Em suma, tanto o discurso político quanto as práticas eleitorais concorrem para a manutenção desse cenário no qual as mulheres permanecem fora do exercício de cargos públicos e da arena parlamentar (MIGUEL, 2001).

Trata-se de uma dominação masculina que é naturalizada pela socialização política, conforme alerta Bourdieu (1997), resultando em uma construção social moldada pela

dominação simbólica. Para o autor, tal processo faz parecer natural que estruturas antigas da divisão entre os gêneros ainda determinem a direção e a forma das mudanças na sociedade. Graças à distinção das funções sociais de cada sexo, as mulheres não são socialmente reconhecidas como capazes de ação política legítima e efetiva (BOURDIEU, 1997). As mulheres, portanto, são vistas e se vêem como inabilitadas politicamente devido ao processo de dominação simbólica, que é inerente às formas de dominação masculina que servem de base para a socialização política:

A dominação simbólica permite que (...) a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. (BOURDIEU, 1997, p.7-8).

A tese de Bourdieu condensa um longo período de reflexão na Filosofia e nas Ciências Sociais. Mesmo sem fazer referências explícitas, o pensador francês utiliza-se das ideias de Ernst Cassirer (1945), cujo eixo é a tese de que o simbólico é a base das estruturas sociais, culturais e políticas. Assim, a compreensão dos símbolos é a chave para o estudo da natureza humana. A linguagem, a religião, a arte, a história, a política e a ciência são construções simbólicas, segundo Cassirer. É com base nesse argumento que devemos entender a célebre crítica de Hannah Arendt⁵ (2004) a Aristóteles, quando a pensadora alemã contesta a tese aristotélica de que “o homem é um ser político”. Para Arendt, ao contrário do que afirmou o pensador grego, o ser humano é antes de um tudo um ser simbólico e a política também é um sistema simbólico, segundo a autora. Aceitar a tese aristotélica implicaria acatar a noção de que a política é um atributo inato, ou seja, já nasceríamos seres de natureza política. Ao contrário disso, a autora argumenta que a política é resultante de um aprendizado histórico. Homens e mulheres aprendemos as regras e a importância da política ao longo do tempo e esse aprendizado é contínuo e dinâmico, o que implica a assimilação inclusive de novos valores políticos produzidos pelas sociedades. A política, portanto, é um sistema simbólico que implica dominação e exclusão das mulheres, algo que não é inato à natureza humana, mas resultante de uma produção

5 Não abordaremos aqui as controvérsias em torno da recepção das ideias de Hannah Arendt pelas teorias feministas. Para tanto, ver, por exemplo: Santalices, 2001, 2003; Palmero, 2011; Urabayen, 2011; Benhabib, 1993; Birulés, 2009; Honig, 1995.

social e histórica e um eficiente sistema simbólico de reprodução cultural dos estereótipos e preconceitos que sustentam a dominação masculina.

3.1 *Um balanço da participação das mulheres no contexto eleitoral brasileiro*

A partir dos argumentos apontados acima, é possível deduzir que a dominação simbólica tem reflexos diretos na eleição de mulheres para todos os tipos de cargos políticos. Conforme levantamento sobre os pleitos mais recentes (2010 e 2012), a eleição de mulheres é considerada baixa em todas as esferas (**Quadro 1**). Destaca-se o percentual de 21% de deputadas distritais, mas trata-se de um caso isolado, visto que se refere à Câmara Distrital do DF. Em seguida estão as deputadas estaduais e as vereadoras, com 14 e 13% respectivamente.

Quadro 1: Representação feminina recente no cenário nacional

CARGO	ANO	N	%
Prefeitas	2012	591	11
Vereadoras	2012	7648	13
Governadoras	2010	3	11
Deputadas estaduais	2010	144	14
Deputadas distritais	2010	5	21
Deputadas federais	2010	45	9
Senadoras	2010	7	13

Fonte: Relatório "Mais Mulheres na Política", Bancada Feminina do Congresso Nacional.

Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/senado/procuradoria/arquivos/livreto-mais-mulheres-na-politica>

No Congresso Nacional a representação é historicamente muito baixa, apesar dos avanços nas eleições mais recentes. Aprofundaremos um pouco mais a questão da sub-representação parlamentar no âmbito federal, pela relevância do Poder Legislativo em termos de formulação, aprovação, revisão e fiscalização de políticas públicas para as

mulheres. Afinal, como argumenta Max Weber (1983), o parlamento é um órgão especializado em mediação política e o parlamentar é um mediador burocrático por excelência, na busca de acordos, negociações em prol da constituição de maiorias legislativas para a formação de consensos e o estabelecimento de agendas políticas. Além disso, como argumenta Hannah Arendt (2004), a política parlamentar tem como base a palavra e o discurso. Por isso, o modelo de arena é inerente às instituições legislativas, como espaços de acolhimento das questões mais relevantes da esfera pública. Trata-se do espaço da pluralidade e da diferença. Habermas (1987) complementa que o parlamento é a “caixa de ressonância da sociedade civil”, lugar da deliberação, por meio da argumentação e da produção de argumentos qualificados, pela via do debate público e da ética discursiva.

Levantamento histórico confirma como tem sido lenta a evolução do número de cadeiras ocupadas por mulheres no Congresso Nacional. Como mostra o **Quadro 2**, a sub-representação tem sido, historicamente, mais expressiva no Senado, apesar da baixa representação na Câmara dos Deputados também ser um dado relevante.

Quadro 2 - Mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados e Senado Federal (1932-2010)

Ano	1934	1946	1950	1954	1958	1962	1965	1970	1974	1978	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
CD	1	0	1	3	2	2	6	1	1	4	8	26	29	32	29	42	46	45
SF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	2	8	4	7
Total	1	0	1	3	2	2	6	1	1	4	8	26	31	36	31	50	50	52

Fonte: Pinheiro (2006) e Rocha, 2014.

Em termos percentuais, considerando-se o período mais recente, os indicadores continuam a mostrar uma representação numericamente pouco expressiva, como se lê no **Quadro 3**, com percentuais máximos de 9% na Câmara e 15% no Senado.

Quadro 3 - Mulheres eleitas para o Congresso Nacional (1982-2010)

Instituição	Câmara dos Deputados		Senado Federal		
	Ano	N	%	N	%
	1982	8	1,5	0	0
	1986	26	5,4	0	0
	1990	29	6	2	6
	1994	32	6	4	7
	1998	29	5,7	2	7
	2002	42	8	8	15
	2006	46	9	4	15
	2010	45	9	7	13

Fonte: Relatório "Mais Mulheres na Política". Bancada Feminina do Congresso Nacional. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/senado/procuradoria/arquivos/livreto-mais-mulheres-na-politica>

É oportuno salientar que a representação de mulheres em Parlamentos é baixa no mundo inteiro. Entretanto, no Brasil, a situação é apontada como crítica. O País ocupa o 126º lugar, num ranking de 189 países, segundo dados da União Interparlamentar (2014). Fica atrás de países como Senegal, Nicarágua, Equador, Argentina, Angola e Timor Leste⁶. Em suma, os dados mostram que a participação das mulheres brasileiras na política é uma das mais baixas da América Latina e do Caribe, onde se registra média de 25% de mulheres ocupando o parlamento é de 25%, enquanto no Brasil, a média é de 10%.

Considerando o contexto recente, apresentamos um panorama sobre a representação parlamentar feminina durante a 54ª. Legislatura (2010-2014), com um quadro comparativo por região, estado e partido (**Quadros 4, 5 e 6**). Os dados mostram que a sub-representação é incontestável.

⁶ A lista completa está disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

Quadro 4: A representação parlamentar por região geográfica (2010-2014)

	Região	Total CD	Deputados	Deputadas	Total SF	Senadores	Senadoras	Total Mulheres
1	N	56	50	6	21	20	1	7
2	CO	33	37	7	9	7	2	6
3	NE	168	141	27	27	24	3	13
4	SE	179	139	20	12	11	1	11
5	S	77	57	20	9	6	3	8
TOTAIS		513	468	45	78	68	10	45

Fonte: Elaboração do autor, com dados dos portais da CD e do SF, 2014.

No caso das regiões, proporcionalmente, a região Norte é que a que apresenta melhor desempenho do ponto de vista quantitativo, com um total de sete mulheres no Congresso nacional, sendo seis deputadas e uma senadora. Apesar disso, apenas um estado da região possui representação, feminina no Senado (AM). Em relação aos estados, os que apresentam maior desempenho são: ES, SP e RN. Os dois primeiros, com seis parlamentares e o último com quatro. Para SP, contudo, trata-se de um número pouco expressivo, em termos proporcionais, uma vez que são 73 cadeiras no Congresso Nacional (70 na CD e 3 no SF). Dez estados possuem uma representante feminina no Senado (AM, BA, ES, GO, MS, PA, RS, SP, SE e TO) e apenas um estado conta com duas mulheres (PR), como mostra o **Quadro 5**. Quanto aos partidos, as maiores bancadas também dominam do ponto de vista da representação feminina, ou seja, o PT e o PMDB, com 14 e 7 cadeiras no Congresso, respectivamente, conforme o **Quadro 6**.

Quadro 5: A representação parlamentar por estado da Federação (2010-2014)

	Estados	Total CD	Deputados	Deputadas	Total SF	Senadores	Senadoras	Total Mulheres
1	AC	8	6	2	3	3	0	2
2	AL	8	6	2	3	3	0	2
3	AP	8	5	3	3	3	0	3
4	AM	8	7	1	3	2	1	2
5	BA	39	48	1	3	2	1	2
6	CE	22	21	1	3	3	0	1
7	DF	8	6	2	3	3	0	2
8	ES	10	5	4	3	2	1	5

9	GO	17	15	2	3	2	1	3
10	MA	18	8	1	3	3	0	1
11	MT	8	8	0	3	3	0	0
12	MS	8	8	0	3	2	1	1
13	MG	53	29	1	3	3	0	1
14	PA	17	16	1	3	2	1	2
15	PB	12	11	1	3	3	0	1
16	PR	30	14	1	3	1	2	3
17	PE	25	23	2	3	3	0	2
18	PI	10	8	2	3	3	0	2
19	RJ	46	41	1	3	3	0	1
20	RN	8	4	4	3	3	0	4
21	RS	31	29	2	3	2	1	3
22	RO	8	7	2	3	3	0	2
23	RR	8	7	1	3	3	0	1
24	SC	16	15	1	3	3	0	1
25	SP	70	65	5	3	2	1	6
26	SE	8	8	0	3	2	1	1
27	TO	8	7	1	3	2	1	2
TOTAIS		513	468	45	81	71	10	55

Fonte: Elaboração do autor, com dados dos portais da CD e do SF, 2014.

Cabe explicitar que a Câmara dos Deputados compõe-se de 513 deputados, eleitos pelo sistema proporcional em cada Estado e no Distrito Federal. O número de vagas de cada unidade da Federação é proporcional à população. Atualmente, cada estado pode eleger de 8 (mínimo) a 70 (máximo) deputados, conforme estabelecido pela [Constituição Federal](#), no art. 45, com regulamentação da [Lei Complementar 78, de 1993](#). No caso do Senado, o número de vagas é fixo, ou seja, três senadores por estado. A justificativa é que a Câmara representa a população e por isso a representação deve ser proporcional à população, enquanto o Senado representa cada unidade da Federação.

Quadro 6: A representação parlamentar por partido político (2010-2014)

	Partidos	Total CD	Deputados	Deputadas	Total SF	Senadores	Senadoras	Total mulheres
1	PMDB	72	65	6	19	18	1	7
2	PTB	18	18	-	6	6	-	-
3	PDT	18	16	2	5	5	-	2
4	PT	88	77	11	12	9	3	14
5	DEM	28	27	1	2	0	2	3
6	PCdoB	15	15	-	2	1	1	1
7	PSB	24	21	3	2	1	1	4
8	PSDB	44	41	3	12	11	1	4
9	PTC	0	0	-	-	-	-	-
10	PSC	12	10	2	1	1	-	2
11	PMN	3	2	1	-	-	-	1
12	PRP	2	2	-	-	-	-	-
13	PPS	6	6	-	-	-	-	-
14	PV	8	7	1	1	1	-	1
15	PTdoB	3	4	7	-	-	-	?
16	PP	40	37	3	5	4	1	4
17	PSTU	-	-	-	-	-	-	-
18	PCB	-	-	-	-	-	-	-
19	PRTB	-	-	-	-	-	-	-
20	PHS	-	-	-	-	-	-	-
21	PSDC	-	-	-	-	-	-	-
22	PCO	-	-	-	-	-	-	-
23	PTN	-	-	-	-	-	-	-
24	PSL	-	-	-	-	-	-	-
25	PRB	10	10	-	1	0	-	-
26	PSOL	3	3	-	1	0	-	-
27	PR	32	30	2	5	4	-	2
28	PSD	45	45	-	2	1	-	-
29	PPL	-	-	-	-	-	-	-
30	PEN	1	1	-	-	-	-	-
31	PROS	20	18	2	-	-	-	-
32	SDD	21		-	-	-	-	-
	TOTAIS	513		45	81	71	10	55

Fonte: Elaboração do autor, com dados dos portais da CD e do SF, 2014.

Os dados exigiriam estudos mais aprofundados para uma análise mais acurada, no que se refere à eventual distinção no modo de construção das bases políticas das parlamentares, de suas trajetórias, biografias e o modo operatório do envolvimento e engajamento da política partidária (SIMÕES, 2006). Seriam necessários ainda estudos qualitativos para o exame da relação entre esse engajamento, a participação dessas mulheres nos movimentos sociais e a construção de esferas públicas locais (COSTA, 1997) .

Nos limites da análise aqui proposta, cumpre-nos examinar como os websites das parlamentares traçam suas estratégias de relação política com esse segmento do eleitorado, conforme será detalhado a seguir. Resta avaliar, portanto, como se dá a *performance* digital de deputadas e senadoras, a partir da análise de seus websites pessoais, no que se refere às táticas de relação com o eleitorado feminino, objeto de estudo deste artigo.

4 ANÁLISE DOS WEBSITES

Em primeiro lugar cabe destacar que 95.5% das deputadas e 90% das senadoras usam websites pessoais para divulgação do mandato atualmente (**Quadro 7**). Cabe ressaltar que não significa que as três deputadas e uma senadora que não apresentam páginas pessoais não utilizem a internet para fins políticos. Das 45 deputadas, apenas três não usam site pessoal, mas utilizam redes sociais e blogs: Iara Bernardi (PT-SP), Maria do Rosário (PT-RS) e Rebeca Garcia (PP-AM). Apenas a senadora Ivonete Dantas (PMDB-RN) não mantém site pessoal, mas usa redes sociais, item que registra 100% de adesão, cabe ressaltar.

Quadro 7 – Características dos websites da Bancada Feminina

N ⁷ Dep = 45; N Sem=10	N Dep	% Dep	N Sen	% Sen
Possui Site	42	95,5	9	90
Foco regional/estadual	35	79,5	9	100
Foco nacional	41	93,1	9	100
Foco em política p/ mulheres	17	38,6	2	22
Atualização semanal	42	100	9	100
Recursos multimídia	42	100	9	100
Recursos de contato	42	100	9	100
Recursos para debate	0	0	0	0
Redes sociais ⁸	44	100	9	100
Enquetes	4	9,1	0	0

Fonte: Dados coletados pelos pesquisadores

Algumas características predominam nos websites de todas as 51 parlamentares que recorrem a website pessoal, como atualização semanal, uso de recursos de multimídia, ferramentas de contato e redes sociais digitais. As diferenças ocorrem quando se trata do foco informativo, com 79,5 % de informações estaduais / regionais para as deputadas e 100% para as senadoras. O foco em políticas nacionais registra 93,1% para os websites das deputadas e 100% para as senadoras. As enquetes registram um baixo desempenho, com 9,1% das páginas das deputadas e 0% das senadoras. O pior desempenho, contudo, fica com o uso de ferramentas para debate com os eleitores, com 0% nos dois casos.

Quanto ao foco, é cabível salientar que apenas quatro deputadas não priorizam conteúdos de âmbito nacional: Antonia Lúcia (PSC-AC), Bruna Furlan (PSDB-SP), Jacqueline Roriz (PMN-DF) e Luci Choinaki (PT-SC). São parlamentares com perfil de atuação em causas e agendas de natureza mais regional ou local, o que se explica, certamente, pela construção de sua própria trajetória, pelas particularidades dos vínculos eleitorais e pela relação delas com movimentos sociais de atuação local.

Dez deputadas não enfatizam conteúdos locais e regionais: Benedita da Silva (PT-RJ), Elcione Barbalho (PMDB-PA), Iracema Portela (PP-PI), Iriny Lopes (PT-ES), Jandira

⁷ O item Possui Site é o único feito sobre N total dos parlamentares. Os demais percentuais se referem ao N do grupo de deputadas e senadoras que possuem site.

⁸ Mesmo as parlamentares que não mantêm website pessoal, usam redes sociais e blogs.

Feghali (PCdoB-RJ), Janete Rocha Pietá (PT-SP), Liliam Sá (PROS-RJ), Luciana Santos (PCdoB-PE), Luiza Erundina (PSB-SP), Mara Gabrilli (PSDB-SP). Mesmo sem ser possível fazer generalizações, há indícios de que, nesse caso, predominam deputadas oriundas dos movimentos sociais em defesa dos direitos humanos, uma das portas de entrada das mulheres na política partidária, como mostram Souza-Lobo (1991), além de Grossi e Miguel (2001). São parlamentares que defendem bandeiras típicas dos direitos humanos, sem restrição regional ou estadual, como a dignidade do trabalho doméstico (Benedita da Silva e Janete Pietá), os direitos do(a)s agricultore(a)s familiares (Irinny Lopes), a inclusão social e a acessibilidade para pessoas com deficiência (Mara Gabrilli), entre outras. Ao contrário das deputadas, os websites de todas as senadoras contemplam temas nacionais, talvez em função da agenda do Senado, pautada pela atuação das senadoras nas comissões.

Das 45 deputadas, 27 apresentam uma agenda parlamentar mais abrangente, que transcendem temas exclusivos da pauta feminina, como educação, saúde, agricultura familiar, etc. São temas que beneficiam mulheres e sua família, mas não são exclusivos para elas. São 17 deputadas que priorizam as políticas públicas exclusivas para o eleitorado feminino. No caso das senadoras, apenas duas se engajam na agenda feminina: Ana Amélia (PP-RS) e Ana Rita (PT-ES). Ambas defendem políticas de combate à violência doméstica contra mulheres.

Os temas que expressam engajamento parlamentar em políticas públicas para mulheres estão compilados no **Quadro 8**.

Quadro 8 - Engajamento parlamentar em políticas públicas para mulheres

	Temas	N Dep	% Dep	N Sen	% Sen	Total N	Total %
1	Combate à violência contra a mulher	4	16	2	66,6	6	21,4
2	Qualificação profissional de mulheres	1	4	-	-	1	3,5
3	Aposentadoria especial para mulheres policiais	4	16	1	33,3	5	17,8
4	Saúde da Mulher	6	24	-	-	6	21,4
5	Igualdade de gênero no trabalho	1	4	-	-	1	3,5
6	Representação e participação	2	8	-	-	2	7,1

	política feminina						
7	Trabalho doméstico	3	12	-	-	3	10,7
8	Casamento / Família	1	4	-	-	1	3,5
9	Descriminalização do aborto	0	-	-	-	0	0
10	Combate ao aborto	1	4	-	-	1	3,5
11	Escalpelamento de mulheres na Amazônia	2	8	-	-	2	7,1
	TOTAL	25	100	3	100	28	100

Como mostra o **Quadro 8**, os temas dominantes na agenda das deputadas e senadoras são combate à violência contra a mulher e saúde da mulher, ambos empatados no *ranking*, com 21,4% do total (sendo 16% de deputadas e 66,6% de senadoras). Promoção de políticas para a saúde feminina e o combate à violência doméstica são duas bandeiras históricas, desde o chamado *lobby do batom*, na época da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 a 1988 (PIETÁ, 2012). São duas questões diretamente relacionadas com o capital familiar, ou seja, articuladas em torno de valores do mundo doméstico, uma das frentes de atuação já identificadas em outros levantamentos sobre a atuação das parlamentares da Bancada Feminina (SIMÕES, 2006). Saúde e violência, na realidade, são duas temáticas que incluem as doenças físicas e as doenças morais da sociedade brasileira.

Observamos ainda alguns temas que figuram na agenda em função de motivos contextuais, ou seja, porque faziam parte de uma conjuntura de debate no momento do levantamento dos dados, a exemplo do projeto que regulamenta a aposentadoria especial de mulheres policiais, propostas para aumentar a participação da mulher na política e a regulamentação das normas sobre o trabalho doméstico. A lei complementar que regulamenta a aposentadoria de mulheres policiais foi sancionada em 16/05/2014, enquanto o debate sobre a reforma política ocupou o Congresso nacional durante dois anos (2010-2012) e foi retomado após a onda de manifestações de junho de 2013. A regulamentação sobre alguns dos direitos dos trabalhadores domésticos ainda aguarda deliberação, após as eleições de 2014.

Para fins ilustrativos, o **Quadro 9** mostra um levantamento nominal das parlamentares e os temas de políticas públicas para mulheres com os quais elas se envolvem, com o objetivo de mostrar o elenco temático e relação com a atuação de cada deputada e senadora.

Quadro 9 - Temas de políticas públicas para mulheres

	Deputadas	Partidos	Temas de políticas para mulheres
1	Benedita da Silva	PT	Trabalho doméstico, combate ao estupro, saúde da mulher, mortalidade materna
2	Dalva Figueiredo	PT	Combate à violência doméstica, aposentadoria da mulher policial,
3	Elcione Barbalho	PMDB	Casamento, família
4	Erika Kokay	PT	Saúde da mulher, aposentadoria especial de mulheres policiais, violência contra a mulher, cota eleitoral
5	Fátima Pelaes	PMDB	Trabalho doméstico, qualificação profissional de mulheres, violência contra a mulher
6	Flávia Moraes	PDT	Saúde da mulher
7	Janete Capiberibe	PSB	Parto natural, parteiras tradicionais, escarpelamento de mulheres na Amazônia
8	Lauriete	PSC	Saúde da Mulher, aposentadoria especial de mulheres policiais
9	Liliam Sá	PROS	Combate ao aborto, saúde da mulher, violência doméstica
10	Luciana Santos	PCdoB	Igualdade de gênero no trabalho, trabalho doméstico, aposentadoria especial de mulheres policiais
11	Luiza Erundina	PSB	Saúde da mulher, Representação Feminina, Participação Política Feminina
	Senadoras		
1	Ana Amélia	PP	Combate à violência doméstica, aposentadoria da mulher policial,
2	Ana Rita	PT	Combate à violência doméstica

Fonte: Elaboração do autor

O quadro acima mostra a trajetória de algumas parlamentares, principalmente aquelas originárias dos movimentos sociais, como já é consagrado na literatura (GROSSI e MIGUEL, 2001), cujas bandeiras, em alguns casos, são originárias da atuação dessas parlamentares desde a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88. Benedita da Silva é um exemplo. Desde a década de 1980 ela defende os direitos e a dignidade das mulheres que atuam no trabalho doméstico. Um estudo mais aprofundado exigiria uma análise prosopográfica, ou seja, baseado na relação entre a biografia, a trajetória e a atuação parlamentar das integrantes da Bancada Feminina.

Stanley (1990), ao estudar a *práxis feminista*, destaca o valor positivo da experiência pessoal na pesquisa e no engajamento sobre os estudos feministas, o que também pode ser considerado relevante no caso do engajamento parlamentar. Essa ideia remete diretamente

ao pensamento político e filosófico de autores como Gadamer (2006) e Arendt (2004). Ambos tratam o assunto sob a perspectiva da mentalidade alargada, um legado da filosofia kantiana. Kant refere-se à ideia de pensamento alargado em sua *Crítica do Juízo* para defender o argumento relativo à necessidade de um indivíduo se colocar no lugar do outro, do ponto de vista de sujeito da compreensão. Arendt, em seu célebre texto filosófico *Verdade e Política* (2008) abraça essa concepção kantiana para explicar que uma mentalidade alargada habilita as pessoas à formação de virtudes para a opinião e o julgamento político da realidade, pois o pensamento ampliado é que possibilita a superação da vaidade e do narcisismo que levam os indivíduos a supervalorizarem as suas próprias ideias e a desvalorizarem o pensamento de seus semelhantes. Os ensinamentos de Kant, portanto, conduzem ao exercício da alteridade, princípio que também foi abraçado pelo raciocínio de Gadamer e Arendt. Essas afinidades se expressam nas convergências com um projeto hermenêutico que se volta para a interpretação dos valores e sentidos de fenômenos históricos e culturais das sociedades ocidentais, moldados a partir da racionalidade e seus desdobramentos no campo da compreensão do *mundo da vida*, no sentido habermasiano.

A visão gadameriana pode ser acionada para vários casos de atuação parlamentar feminina. São mulheres que somam sua práxis militante ao trabalho legislativo, ao longo de um período expressivo, principalmente com o início do chamado *lobby do batom*, na época da Assembleia Nacional Constituinte de 1987.

Com o mesmo propósito ilustrativo, o **Quadro 10** apresenta um levantamento nominal das parlamentares e os temas de políticas públicas nacionais com os quais elas se envolvem, com o objetivo de mostrar o elenco temático e relação com a atuação de cada deputada e senadora, no plano nacional. Isso implica também uma fotografia da atuação parlamentar em sua região / estado de origem, ou seja, seu berço político.

Isso é relevante do ponto de vista da análise dos vínculos políticos das parlamentares com áreas temáticas caras à biografia e trajetória política individual. O berço político constitui um dos focos da atuação parlamentar de muitas delas, a base do vínculo eleitoral e o eixo das estratégias para a reeleição. Mesmo quando se trata de políticas públicas consideradas em sua amplitude nacional, não deixam de também ser vistas sob a perspectiva de sua inserção regional ou local. Saúde, educação, juventude, esportes, direitos humanos e meio ambiente, por exemplo, são temas que integram uma agenda nacional, mas ao mesmo tempo mobilizam diferentes formas de inserção regional e local.

Quadro 10 – Políticas públicas nacionais

	Parlamentar	Partido	UF	Políticas públicas nacionais
1	Alice Portugal	PCdoB	BA	Cultura, sindicalismo
2	Aline Corrêa	PP	SP	Saúde, Servidor público
3	Andréa Zito	PSDB	RJ	Saúde, educação
4	Antonia Lúcia	PSC	AC	Transportes, servidor público
5	Benedita da Silva	PT	RJ	Cultura afrobrasileira, liberdade religiosa, saúde, direitos humanos
6	Bruna Furlan	PSDB	SP	Juventude, cultura, esportes
7	Dalva Figueiredo	PT	AP	Saúde, Cultura, Extensão Rural
8	Fátima Bezerra	PT	RN	Educação, cultura, saúde, direitos humanos
9	Fátima Pelaes	PMDB	AP	Trabalho, direitos humanos
10	Flávia Moraes	PDT	GO	Esportes, saúde
11	Elcione Barbalho	PMDB	PA	Família
12	Erika Kokay	PT	DF	Direitos humanos, sindicalismo
13	Gorete Pereira	PR	CE	Saúde e direitos humanos
14	Iracema Portela	PP	PI	Saúde e direitos humanos
15	Iriny Lopes	PT	ES	Cultura, Juventude, Direitos Humanos
16	Íris de Araújo	PMDB	GO	Família, habitação
17	Jaqueline Roriz	PMN	DF	Trabalho, habitação
18	Jandira Feghali	PCdoB	RJ	Cultura, Direitos Humanos
19	Janete Capiberibe	PSB	AP	Saúde, Direitos Humanos
20	Janete Pietá	PT	SP	Direitos Humanos, Igualdade Racial
21	Jô Moraes	PCdoB	MG	Cultura e direitos humanos
22	Lauriete	PSC	ES	Saúde, Trabalho, Direitos Humanos
23	Lilíam Sá	PROS	RJ	Saúde, Direitos Humanos
24	Luci Choinaki	PT	SC	Agricultura Familiar, Agroecologia,
25	Luciana Santos	PCdoB	PE	Direitos Humanos
26	Luiza Erundina	PSB	SP	Direitos Humanos, Reforma Política, Democratização dos Meios de Comunicação
27	Magda Mofatto	PR	GO	Direitos Humanos
28	Manuela D'Ávila	PCdoB	RS	Cultura, Juventude, Esporte, Direitos Humanos
29	Mara Gabrilli	PSDB	SP	Direitos Humanos, Inclusão Social
30	Maria Lúcia Prandi	PT	SP	Educação, Cultura, Meio Ambiente, Direitos Humanos
31	Maria do Rosário	PT	RS	Direitos Humanos
32	Marinha Raupp	PMDB	RO	Educação, Cultura, Direitos Humanos
33	Margarida Salomão	PT	MG	Saúde, Educação

34	Nilda Gondim	PMDB	PB	Trabalho, Turismo, Direitos Humanos
35	Perpétua Almeida	PCdoB	AC	Educação, Cultura, Trabalho, Direitos Humanos
36	Professora Dorinha	DEM	TO	Educação
37	Rebecca Garcia	PP	AM	Direitos humanos
38	Rosane Ferreira	PV	PR	Meio ambiente e trabalho
39	Rose de Freitas	PMDB	ES	Municipalismo
40	Rosinha da Adefal	PTdoB	AL	Inclusão Social, Direitos Humanos
41	Sandra Rosado	PSB	RN	Saúde, Educação
42	Sueli Vidigal	PDT	ES	Educação, Saúde, Meio Ambiente, Inclusão Social
	SENADORAS	Partido	UF	
1	Ana Amélia	PP	RS	Agricultura, Direitos Humanos, Inclusão Social
2	Ana Rita	PT	ES	Direitos Humanos, Urbanismo
3	Angela Portela	PP	RS	Educação, Saúde, Direitos Humanos
4	Kátia Abreu	DEM	TO	Agricultura
5	Ivonete Dantas	PMDB	RN	Não usa website pessoal
6	Lídice da Mata	PSB	BA	Aviação, Educação, Meio Ambiente
7	Lúcia Vânia	PSDB	GO	Educação, Saúde, Desenvolvimento Regional, Turismo, Direitos Humanos
8	Maria do Carmo Alves	DEM	SE	Educação, Saúde, Trabalho, Relações Exteriores, Turismo
9	Marinor Brito	PSOL	PA	Cultura, Esportes, Direitos Humanos
10	Vanessa Graziottin	PCdoB	AM	Meio Ambiente e Trabalho

Fonte: Elaboração do autor

Como se observa no **Quadro 11**, direitos humanos, cultura, saúde e educação são os temas dominantes no engajamento das parlamentares, sob a perspectiva da abrangência nacional. Direitos humanos fica em primeiro lugar, com 30,70%, enquanto cultura e saúde empatam no segundo lugar, com 12,50%. Educação vem na sequência com 10,20%. São temas diretamente relacionados com a economia política do trabalho parlamentar e do trabalho das mulheres na própria sociedade. No parlamento, entretanto, observa-se que, apesar de constituírem minoria numérica, as mulheres atuam em áreas de “menor prestígio” em

relação aos homens, que ficam em áreas politicamente mais fortes, como Agricultura, Comércio e Indústria, Constituição e Justiça, Viação e Transportes, Finanças e Tributação, etc.

Quadro 11 - Engajamento parlamentar em políticas públicas nacionais

	Temas	N Dep	% Dep	N Sen	% Sen	Total N	Total %
1	Direitos Humanos	23	34,85	4	18,20	27	30,70
2	Cultura	10	15,15	1	4,55	11	12,50
3	Saúde	8	12,10	3	13,60	11	12,50
4	Educação	7	10,60	2	9,10	9	10,20
5	Trabalho	3	4,50	2	9,10	5	5,70
6	Agricultura	2	3,03	2	9,10	4	4,50
7	Meio Ambiente	3	4,50	2	9,10	5	5,70
8	Turismo	1	1,50	2	9,10	3	3,40
9	Desenvolvimento Regional	0	0	1	4,55	1	1,15
10	Esportes	2	3,03	1	4,55	3	3,40
11	Habitação e Urbanismo	2	3,03	1	4,55	3	3,40
12	Movimentos sociais e sindicalismo	2	3,03	0	0	2	2,30
13	Transportes	0	0	0	0	0	0
14	Juventude	3	4,50	0	0	3	3,40
15	Municipalismo	0	0	0	0	0	0
16	Reforma Política para favorecer representação feminina	0	0	0	0	0	0
17	Relações Exteriores	0	0	1	4,55	1	1,15
	TOTAL⁹	66	100	22	100	88	100

Fonte: Elaboração do autor.

A agenda atual ainda apresenta várias similaridades com a pauta apresentada pela “carta das Mulheres aos Constituintes”, fruto do chamado “lobby do batom”, durante o processo de elaboração da Carta de 1988: defesa dos direitos das mulheres; igualdade de direitos entre homens e mulheres; e institucionalização de mecanismos para coibir a violência

⁹ Os totais 66 e 88 justificam-se porque as parlamentares podem aderir a mais de um tema. O levantamento reflete, portanto, esse cenário e não o número de deputadas e senadoras da Bancada Feminina.

doméstica¹⁰, como mostra o Quadro 12. Isso constitui forte indício de que a lentidão parece ser característica da tramitação de propostas atinentes à agenda política feminina. Lógico que a morosidade é uma marca da atuação do Poder Legislativo, porém no caso das questões de gênero, em alguns casos pelo menos, há dados que apontam para um retardo ainda maior. Uma afirmação categórica, contudo, exigiria levantamentos mais detalhados, uma espécie de rastreamento da duração da tramitação.

Quadro 12 - Bandeiras das mulheres constituintes

	“Lobby do Batom”
1	Defesa dos direitos das mulheres
2	Licença maternidade de 120 dias
3	Direito à posse da terra ao homem e à mulher
4	Igualdade de direitos e de salários entre homem e mulher
5	Mecanismos para coibir a violência doméstica

Fonte: Pietá, 2012

O projeto que regulamenta a aposentadoria especial de mulheres policiais levou 13 anos para ser aprovado. A licença-maternidade foi aprovada em 2008, dez anos após a promulgação da Carta Magna. Outra bandeira do *Lobby do Batom*, a Lei Maria da Penha só foi aprovada em 2006. Em resumo, as conquistas da agenda feminina são lentas e demoradas, embora não seja possível afirmar que se trata de exclusividade dos temas da agenda da Bancada Feminina.

¹⁰ Para mais detalhes ver o relatório da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados (2012). Disponível em http://www.janeterochapieta.com.br/wp-content/uploads/2012/04/cartilha_batom.pdf

5 CONCLUSÕES

Uma síntese geral dos dados mostra que a Bancada Feminina do Congresso Nacional enfrenta muitos problemas em termos de desigualdades de atuação em relação aos homens parlamentares, o que se confirma pelo predomínio de homens em todas as segmentações possíveis, seja em termos de região geográfica, unidade da Federação, partido etc. A Região Norte apresenta a melhor *performance* quantitativa, em termos proporcionais, com sete parlamentares mulheres, de um total de 77, ou seja, quase 10%, embora ainda esteja abaixo da meta de 30% prevista pelo artigo 10 da Lei 9.504/97, que fixou a cota eleitoral de gênero para as candidaturas políticas. O estado que apresenta o maior indicador numérico também é da região Norte, o Amapá, com três deputadas, de um total de 8 (37,5%), embora não haja nenhuma senadora.

No caso da região Nordeste, destaca-se o estado do RN, com 50% de representação feminina na Câmara, embora também não conte com nenhuma senadora. Quanto aos partidos, destacam-se o PT e o PMDB. O primeiro conta com 14 mulheres, de um total de 102 cadeiras e o segundo conta com 7, de um total de cem. Quanto aos pequenos partidos, cabe menção especial o PMN, que conta com 33% de mulheres (ou seja, uma deputada e dois deputados). No caso da representação no Senado, chama atenção o DEM, com duas senadoras, o que corresponde a 100% da bancada do partido. Caberiam estudos mais aprofundados para examinar esses dados, em especial os fatores que explicam o desempenho da região Norte em relação às demais e do estado do Amapá.

Em termos de conteúdo nos websites os temas dominantes são saúde, violência, educação e direitos humanos. Saúde e violência, na realidade, são dois tipos de doença: física e social. Ao mesmo tempo a predominância dessa agenda revela aspectos dominantes da divisão do trabalho parlamentar, que ainda segue a lógica da divisão social do trabalho entre homens e mulheres, sendo estas as profissionais associadas à ética do cuidado, ou seja, as chamadas “profissões femininas”, como enfermeira, professora e assistente social, por exemplo. Essa agenda parece sugerir ainda a existência de vínculos entre a biografia e experiência das deputadas e senadoras e a atuação delas no Congresso Nacional, o que mereceria análises qualitativas mais aprofundadas.

Quanto aos websites, observa-se que a dimensão informativa é mais valorizada pelas parlamentares, em uma perspectiva de *accountability* informacional. Ao mesmo tempo, essa tendência mostra que a internet, apesar de ser considerada uma “nova mídia”, com potenciais de interação e democracia dialógica, ainda é utilizada no âmbito parlamentar

segundo a lógica unidirecional das mídias convencionais (RODRIGUES, BARROS e BERNARDES, 2014).

O estudo mostra que existem muitas similaridades entre os websites das parlamentares que integram a Bancada Feminina, no Congresso Nacional. A observação e o monitoramento dos formatos e conteúdos revela que há um padrão similar de website adotado por todas as senadoras e deputadas. Isso se explica certamente pelo fato de que os websites são desenhados e elaborados por empresas especializadas, que adotam padrões similares, já consagrados pelo uso político, confirmando estudos anteriores de Blanchard (2006).

Sobre as semelhanças e padrões comuns nos websites, é oportuno mencionar as observações de Manuel Castells (2003). O autor analisa tal fenômeno como uma consequência da própria lógica da sociedade em rede e da “galáxia da internet”. Assim, o uso generalizado de certos padrões e formatos constitui a prova da importância da internet e de como ela impõe sua lógica aos produtores de conteúdos virtuais, bem como a necessidade de se adequar à gramática da comunicação para usufruir de seus potenciais.

Um ambiente informacional que compartilha certos códigos, modos operacionais e padrões visuais facilita a captação da atenção dos públicos e pode promover maior adesão e engajamento. Tudo isso se enquadra no debate sobre a internet como resultado de um processo de produção social de um *novo modo de produção informacional* (LASH, 1999). Como os sistemas tecnológicos são socialmente produzidos (FIGUEIREDO, 1989), a produção social é estruturada culturalmente (CASTELLS, 2003).

Além disso, esse efeito de consonância e convergência de formato (SCHIMIDT, 2003) pode ser explicado pela própria concorrência entre as parlamentares, e que faz com que os formatos, padrões e conteúdos sejam similares. A competição conduz a padrões similares, com algumas marcas identitárias, conforme o perfil da parlamentar, como a ênfase a conteúdos informativos e estratégias de contato (RODRIGUES, BARROS, BERNARDES, 2014). A concorrência leva deputadas e senadoras a adotarem estratégias focadas em articular conexões com os mesmos públicos do mercado eleitoral, a exemplo da ênfase na defesa de alguns dos direitos das mulheres, como saúde, qualificação profissional e equidade de gênero no trabalho.

As semelhanças são registradas também no que se refere às estratégias informacionais, ou seja, os mesmos elementos se repetem em praticamente todos os websites analisados, com ênfase para a divulgação de notícias sobre a atuação parlamentar, eventos com a presença

de deputadas e senadoras e meios de contato com seus gabinetes em Brasília e nos estados de origem. Em suma, as eleitoras são atraídas pelos websites pelas mesmas táticas informacionais. O objetivo é captar a atenção das mulheres, com a oferta de conteúdos que dizem respeito às suas reivindicações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Em termos gerais, o artigo ressalta as lógicas de usabilidade e as estratégias específicas das deputadas e senadoras na esfera virtual para conferir visibilidade à agenda da representação feminina na política nacional. A pesquisa revela que a agenda feminina presente nos websites se mantém similar ao período da Assembleia Nacional Constituinte de 1986-1988, com algumas bandeiras predominantes, como direitos da mulher, saúde, combate à violência doméstica, qualificação profissional e equidade de gênero no trabalho (PIETÁ, 2012). Outra conclusão relevante é que as deputadas e senadoras utilizam seus websites pessoais com o propósito predominante de divulgar informações sobre a agenda do eleitorado feminino (*accountability*), com poucas iniciativas voltadas para o debate e a interação, da mesma forma que os parlamentares masculinos, conforme revela pesquisa de Rodrigues, Barros e Bernardes (2014).

Agradecimentos

O autor agradece as contribuições das pesquisadoras Cristiane Bernardes e Malena Rehbein, integrante do grupo de pesquisa do CEFOR, na fase de discussão teórica e modelagem da pesquisa empírica.

6 REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Afonso; MARTINS, Adriane F. Apontamentos para um modelo de análise dos partidos na Web. **XIX encontro da Compós**. Anais..., Rio de Janeiro, 2010.
- ARENDT. H. **O que é política**. 5ª. Ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. Sobre a emancipação feminina. In: ARENDT. H. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.93-95.
- AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora UNESP, 2001.

- BENHABIB, S. La paria y su sombra: sobre la invisibilidad de las mujeres em la filosofia de Hannah Arendt. **Revista Internacional de Filosofia Política**. Madrid, n.2, nov. 1993, p.31-49.
- BIRULÉS, F. Notas sobre Hannah Arendt y la teoria feminista: acuerdos y desacuerdos. **Antropos**, n.224, p.151-157, 2009.
- BLANCHARD, Gersend. O uso da internet a serviço do partido. **Líbero**. São Paulo, v.9, n.18, dez. 2006, p.9-17.
- BRAGA, Sérgio Soares ; [FRANÇA, Andressa Silvério Terra](#) ; [Nicolás, María Alejandra](#) . Os partidos políticos brasileiros e a internet: uma avaliação dos websites dos partidos políticos do Brasil. **Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)**, v. 17, p. 183-208, 2009.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa, Portugal: Difel, 1989.
- _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
- CASSIRER, Ernst. **Antropologia Filosófica: introducción a una filosofia de la cultura**. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1945.
- COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo , v. 12, n. 35, Out. 1997, p.1-15.
- FIGUEIREDO, Vilma. **Produção social da tecnologia**. São Paulo: EPU, 1989.
- [FRANÇA, Andressa Silvério Terra](#) ; MARTINS, Fernando Rafael dos Santos; BRAGA, Sérgio . O impacto da internet nas instituições representativas: o caso do Paraná. **Revista Mediações (UEL)**, Londrina, v. 11, n.2, p. 163-187, 2006.
- GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- GROSSI, Miriam P.; MIGUEL, Sônia M. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria de La acción comunicativa: racionalidad de La acción y racionalización social**. Madri: Taurus, 1987.
- HONIG, B. **Feminist interpretations of Hannah Arendt**. Pennsylvania: University Press, 1995.
- INTERPARLAMENTARY UNION. Women in National Parliaments. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm> Acesso em 05/06/14.
- LASH, S. Crítica da Informação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 54, junho, p.13-30, 1999.
- LESTON-BANDEIRA, C. Studying the relationship between Parliament and citizens. **The Journal of Legislative Studies**, v.18, n.3-4, Sep-Dec. 2012, p.265-274.
- MARQUES, F. P. J. A. 2005. Sobre a comunicação político-partidária na Internet: um estudo dos informativos digitais do PT e do PSDB. **Galáxia**, São Paulo, n. 10, dez., 2005, p. 129-146.
- _____. Internet e oportunidade de participação política: um exame dos websites de deputados brasileiros e norte-americanos. **Fronteiras**, v.9, n.3, p 155-166, set/dez 2007.
- MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. *Opin. Publica* [online]. 2009, vol.15, n.1, pp. 55-81.
- MIGUEL, L. F. Desvelo e interesse na teoria feminista. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (Orgs). **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo. 2012.

- MIGUEL, LUÍS FELIPE. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001, p. 253-267.
- NORRIS, P. Preaching to the Converted? Pluralism, Participation and Party Websites. **Party Politics**, v. 9, n. 1, 2003, p. 21-45.
- PALMERO, Maria J. G. Arendt y los feminismos contemporâneos: ontologia y política. **Revista Internacional de Fiolosofia**, suplemento 4, 2011, p.203-212.
- PIETÁ, J. Rocha. Do lobby do batom à bancada feminina. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: http://www.janeterochapieta.com.br/wp-content/uploads/2012/04/cartilha_batom.pdf Consultado em 16/10/14.
- PINHEIRO, L. S. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília. 2006. 247p. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2121/1/Dissertacao_Luana%20Simo%20Pinheiro.pdf. Acesso em 05/06/14.
- PINTO, Céli; MORITZ, M. F. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto alegre em 2008. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, a, n° 2. Brasília, v.1, n.2, julho-dezembro de 2009, p. 61-87.
- PITKIN, Hanna. El concepto de representacion. **Centro de Estudios Constitucionales**: Madri, 1985.
- PITKIN, Hanna. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**, n° 67, 2006, pp. 15-47.
- ROCHA, Candyce da Cruz. **Institucionalização do tema de gênero na Câmara dos Deputados**. Projeto de Mestrado em Ciência Política. Brasília: Centro de Formação da Câmara dos Deputados, 2014.
- RODRIGUES, M. R.; BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B. Palanques virtuais: o uso de websites pelos partidos políticos brasileiros. Texto apresentado no 38º. Encontro Anual da Anpocs, Águas de Línioia (SP), set., 2014. **Anais do 38º. Encontro Anual da Anpocs**.
- RÖMMELE, A. Political Parties, Party Communication and New Information and Communication Technologies. **Party Politics**, London, v. 9, n. 1, 2003, p. 7-20.
- SAMPAIO, R. C. Esfera civil e eleições 2010: Uma análise de iniciativas **online** para maior controle civil. **LOGOS 35** Mediações sonoras. Vol.18, n. 02, 2º. semestre 2011. Disponível em: http://www.logos.uerj.br/PDFS/35/19_logos35_tema_livre_sampaio.pdf. Consultado em 05/06/14.
- SANTALICES, Glória M. C. Lectura feminista de algunos textos de Hannah Arendt. **Anales del Seminario de Historia de la Filosofia**, 2001, p.125-142.
- _____. De la pluralidad arendtiana a la equidad de género. **Revista Cuadernos del CENDES**, Caracas, v. 20, n. 54, Septiembre-Diciembre, 2003, p. 103-119.
- SCHMIDT, L. **Ambiente no ecrã: emissões e demissões no serviço público televisivo**, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

- SIMÕES, Luana Pinheiro. **Vozes femininas na política: Uma análise sobre mulheres parlamentares no Pós-Constituinte**. 2006. 248 pg. Dissertação de mestrado. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, UnB. Brasília, dezembro de 2006.
- SILVA, Daniele Rodrigues da. A Bancada Feminina na Constituinte (1987-1991): apontamentos do contexto sócio-político e da socialização política de mulheres para pensar a atual Bancada Feminina na Câmara Federal Brasileira (2011-2015). **Anais do 5º Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política**, Curitiba, maio, 2013.
- SOUZA-LOBO, E. O gênero da representação: movimento de mulheres e a representação política no Brasil (1980-1990). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 17: p. 07-14, out. 1991.
- STANLEY, L. **Feminist praxis**. Londres: Routledge, 1990.
- TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1983.
- TRECHSEL, A. et al. **Evaluation of the use of new technologies in order to facilitate democracy in Europe**: e-democratizing the parliaments and parties in Europe. Genebra: European University Institute, 2004.
- THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.
- URABAYEN, Júlia. El género como diferencia apolítica em la obra de Hannah Arendt. **I Congreso Internacional de Ideología de Género**. Universidade de Navarra, Pamplona, 9 a 11 de febrero, 2011.
- VACCARI, C. Reseach Note: Italian Parties' Websites in the 2006 Elections. **European Journal of Communication**, London, v. 23, n. 1, 2008, p. 69-77.
- YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, 2006, p. 139-190.
- WEBER, Max. **Fundamentos da Sociologia**. 2 ed. Porto: Res, 1983.
- WORLD E-PARLIAMENT REPORT. **Global Centre for ICT in Parliament**, United Nations, Inter-Parliamentary Union, 2012.